

**A. I. Nº** - 232889.0209/00-6  
**AUTUADO** - ÓTICA ERNESTO LTDA.  
**AUTUANTES** - MARIA INEZ AGUIAR VIEIRA, EZILBERTO DE BRITO MOITINHO, SUELI SANTOS  
BARRETO e LUZINETE MARIA DA SILVA  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**INTERNET** - 06.06.08

#### 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF Nº 0152-04/08

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. EXIBIÇÃO INCOMPLETA E EM PADRÃO DIFERENTE DO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO. FALTA DE INFORMAÇÃO DO REGISTRO TIPO 74. MULTA. Descabida a alegação do sujeito passivo de que essa obrigação acessória somente passou a ser exigida a partir de 15/02/2005, uma vez que, a inclusão no arquivo magnético do Registro tipo 74 (inventário de mercadorias) tornou-se obrigatória sua apresentação através do Decreto nº 8.087/2001 (Alteração nº 29 do RICMS), a partir de 28/12/2001. Infração subsistente tendo em vista que foi devidamente cumprido o devido processo legal com a intimação e apresentação das listagens diagnósticos para regularização no prazo de 30 (trinta) dias. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 29/09/2007, exige multa, totalizando o valor histórico de R\$ 803,08, em razão da seguinte irregularidade:

Deixou de fornecer arquivos magnéticos, exigidos mediante intimação, com informações das operações ou prestações realizadas. (Percentual da multa aplicada: 1%).

O autuado, através de representante legal, ingressa com defesa às fls. 48 a 54, com suporte nas seguintes alegações:

Inicialmente, quanto ao enquadramento legal do Auto de Infração, alega que o §2º do artigo 708 do RICMS/BA foi revogado pelo Decreto 7.886/00, bem como que o item 19-A, inserido no Manual de Orientação previsto no Anexo 64 do mesmo regulamento em dezembro de 2001 pelo artigo 4º do Decreto 8.087/2001, não implica que o contribuinte usuário do Sistema Eletrônico de Processamento de Dados (SEPD), estivesse obrigado a manter, pelo prazo decadencial, as informações atinentes ao registro fiscal tipo 74 (inventário) ou mesmo de fornecer arquivo eletrônico contendo as informações referentes a esse registro fiscal. Nessa seara, defende que as regras a serem observadas pelo contribuinte usuário de SEPD para manter e fornecer informações ao fisco estão previstas no artigo 686 do RICMS/BA.

Em seguida, argumenta que a redação vigente de 30 de dezembro de 2000 a 03 de fevereiro de 2003 para o *caput* do referido artigo 686, previa a manutenção de arquivo eletrônico com registro fiscal dos documentos emitidos por qualquer meio, referente à totalidade das operações de entrada e de saída e das aquisições e prestações realizadas no exercício de apuração, na forma estabelecida no anexo 64 e no capítulo I do título IV do RICMS/BA, não havendo determinação para manutenção das informações relativas ao inventário de mercadorias.

Depois de proceder a uma análise minuciosa do supra aludido artigo 686 e todos os seus desdobramentos, conclui que o registro fiscal tipo 74 somente passou a ser exigido para

fornecimento ao fisco a partir de 15 de fevereiro de 2005, quando foi acrescentado o §6º pela alteração nº 62.

Por fim, afirma que os registros fiscais a serem mantidos são apenas os indicados nos incisos do *caput* do artigo 686, “porém, quando da entrega das informações, no período de apuração do ICMS em que for realizado o inventário, o arquivo eletrônico deverá conter, também, os registros de inventário a título de estoque final, que deverão ser repetidos no arquivo magnético referente ao período de apuração seguinte, a título de estoque inicial, nos termos do §6º do artigo 686 do RICMS/BA”.

Ante o exposto, propugna pela improcedência do presente Auto de Infração.

Os autuantes prestam informação fiscal às fls. 60 a 70, nos seguintes termos:

Em sede preliminar, aduzem que o artigo 708 do RICMS/BA foi revogado em sua totalidade, tendo dado lugar aos artigos 708-A e 708-B, em função da nova disposição da norma que regulamenta a entrega do arquivo magnético, ressaltando que a obrigatoriedade da entrega do arquivo magnético, pela empresa, encontra-se prescrita pelos artigos 683 a 686 do RICMS/BA, conforme redação vigente à época do cometimento da infração (exercício de 2002).

Nesse passo, alegam que, o autuado, em decorrência do fato de ser usuário de sistema eletrônico de processamento de dados, está obrigado a entregar o arquivo magnético, contendo os registros fiscais em conformidade com o Manual de Orientação (anexo 64 do RICMS/BA) e com o Convênio 57/95, abrangendo a totalidade das operações de entrada e saída.

Argumentam que o arquivo não foi aceito para o fim a que se destina por força das inconsistências identificadas, além de ter sido verificada a violação dos artigos 697, 700, §5º do 708-B e 686 do RICMS/BA, salientando, com base no acórdão JJF 0061-03/06, que a legislação vigente aplicável ao período fiscalizado (exercício de 2002) contempla a incidência da penalidade prevista na alínea “g” do inciso XIII-A do artigo 915.

Sendo assim, sustentando a lisura dos procedimentos adotados, opinam pela manutenção integral do presente Auto de Infração.

## VOTO

Em análise preliminar verifico que o auto de infração foi lavrado consoante o art. 39 do RPAF/99, e obedeceu ao devido processo legal, pois, está precedido de intimação expedida ao contribuinte para apresentação de informação em meio magnético e intimação para correção dos registros omitidos, com especificação do Registro 74, relativamente ao primeiro mês subsequente, ou seja, o inventário inicial de 2002, sendo concedido o prazo de 30 dias úteis para corrigir a irregularidade apontada.

O presente auto de infração exige multa no valor de R\$ 803,08, correspondente a 1% das saídas efetuadas no mês de janeiro de 2002, em decorrência da falta de apresentação do Registro 74 – Inventário, destinado ao saldo de mercadorias, produtos, matérias-primas e embalagens, ou seja o inventário inicial do exercício de 2002.

Assim, o contribuinte forneceu informações através de arquivos em meio magnético, exigido mediante intimação, com omissão de operações ou prestações realizadas, no formato e padrão estabelecidos na legislação (Convênio ICMS 57/95), gerado através do Programa SIntegra, referente ao exercício de 2002, precisamente o inventário inicial do exercício de 2002, conforme demonstrado nas planilhas de fls. 23 a 45.

De acordo com a legislação do ICMS, a qual recepcionou o disposto no Convênio ICMS 57/95 e suas alterações posteriores, o contribuinte usuário de sistema eletrônico de processamento de dados, é obrigado a apresentar, quando solicitado, a documentação minuciosa, completa e atualizada do sistema, contendo descrição, gabarito de registro (“*layout*”) dos arquivos, listagem dos programas

e as alterações ocorridas no exercício de apuração, relativamente à totalidade das operações de entradas e de saídas de mercadorias ou das prestações realizadas, inclusive o inventário das mercadorias, produtos, matérias primas e embalagens (art. 685, combinado com os arts. 708-A e 708-B, do RICMS/97). Somente os contribuintes que só possuem autorização para escrituração do livro Registro de Inventário, é que não estão obrigados a entregar o arquivo magnético, o que não é o caso.

Em atendimento ao § 5º do art. 708-A, incorporado ao RICMS/97-BA, através da Alteração nº 63, em vigor a partir de 18/05/2005, foi concedido um prazo de 30 dias, depois prorrogado, para que fosse corrigido pelo contribuinte, o arquivo magnético apresentado com inconsistência, pois, ao ser recepcionado o arquivo magnético foi constatada a falta de apresentação do Registro 74, relativamente ao primeiro mês do exercício subsequente, ou seja, o inventário inicial do exercício de 2002, sendo o contribuinte intimado a corrigir a inconsistência em 16/07/2007, conforme intimação (fls. 06/08), tendo sido expirado o prazo em 17/08/2007, postergação do prazo até 27/08/2007, a seu pedido, a fim de que o mesmo reapresentasse o arquivo magnético com todos os registros obrigatórios, não o fez.

Na defesa fiscal, o autuado, após analisar a legislação que trata de arquivo magnético, argumenta que o Registro tipo 74 somente passou a ser exigido para fornecimento ao Fisco a partir de 15/02/2005, quando foi acrescentado o § 6º ao art. 686 do RICMS/BA, e sendo o contribuinte usuário de SEPD somente está obrigado a manter as informações correspondentes ao registro fiscal dos documentos recebidos ou emitidos por qualquer meio, relativamente à totalidade das operações.

Além disso, sustenta que o contribuinte usuário de SEPD somente está obrigado a manter pelo prazo decadencial, as informações atinentes ao registro fiscal dos documentos recebidos ou emitidos por qualquer meio, referente à totalidade das operações de entrada e de saída e das aquisições e prestações realizadas no exercício de apuração, conforme determina o caput do art. 686.

Entendo que essas alegações não encontram amparo na legislação, pois o Decreto 8.087/2001, que procedeu a alteração nº 29 ao RICMS-BA, com vigência a partir de 28/12/2001, acrescentou ao Anexo 64, o item 19-A, Registro de Inventário tipo 74, tornando obrigatória a inclusão dos Registros de Inventários nos arquivos referentes ao período de apuração do ICMS em que foi realizado o inventário e nos arquivos referentes ao período seguinte. Portanto, como a exigência do arquivo magnético contendo o Registro 74 (Inventário), relativo ao exercício de 2002, quando já existia a obrigatoriedade do referido registro nos arquivos magnéticos, não foi atendida, voto pela procedência da multa aplicada, por violação ao disposto no § 2º, do art. 708-A, do RICMS/97, prevista no art. 42, XIII-A, “g”, da Lei nº 7.014/96.

Cabe ressaltar que tendo sido lavrado o presente Auto de Infração em 29/09/2007, ainda não havia ocorrido a decadência para o exercício de 2002. (janeiro de 2002)

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232889.0209/00-6**, lavrado contra **ÓTICA ERNESTO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$ 803,08**, prevista no art. 42, XIII-A, “g”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios conforme estabelece a Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de maio de 2008.

EDUARDO RAMOS DE SSANTANA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO - JULGADOR